

UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE POR PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS NA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL

DIOGO HENRIQUE TAVARES¹; HEITOR SILVA BIONDI²; MANUELLA DOS SANTOS GARCIA VANTI CARVALHO³; SAVANNAH LEITZKE CARVALHO⁴; BEATRIZ FRANCHINI⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – diogoht89@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande – enf.heitor@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – manuellagc@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - savannahleitzke@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - beatrizfranchini@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O uso de drogas e a dependência química surgem como tema bastante debatido nas redes sociais e na mídia. O crack em específico, ganha destaque nessa perspectiva, pois é a substância com alto índice de consumo devido ao baixo custo para aquisição. Neste sentido, a discussão nas mídias sobre essas questões tem recebido atenção, pois diante do exposto, se faz necessário a busca de alternativas para o cuidado ao usuário de álcool e outras drogas (KESSLER e PECHANISKY, 2008).

As dificuldades para lidar com os casos de uso de drogas e dependência química são diversos: acesso aos serviços de saúde, manejo clínico, discussão de projetos terapêuticos, articulação da rede, entre outros que são identificados por profissionais de equipes de saúde e familiares de usuários de drogas (JORGE, et al, 2013). Atrelado a esses problemas, a mídia faz o papel de caracterização do usuário de drogas como vilão de uma desordem social dos dias de hoje, quando retrata esse como marginal e o responsabiliza pela violência que estamos habituados a conviver, acarretando assim na forma como a sociedade enxerga os sujeitos usuários (FONTANELLA; TURATO, 2002). Muitas destas questões estão relacionadas com a política nacional de drogas, que é baseada no proibicionismo, onde foca a sua principal estratégia, no combate as drogas e repressão aos usuários, e não nos cuidados necessários para os mesmos.

Porém, na América Latina, o Uruguai, conseguiu ampliar os horizontes no que concerne a chamada “guerra as drogas” e implementou a política de proteção ao usuário de substâncias químicas, aprovando a Lei n. 19.172, que regula toda a cadeia de produção, distribuição e consumo de *cannabis sativa*, a conhecida maconha (URUGUAY, 2013). E essa política, devido à fronteira territorial com o Brasil, poderá resultar em impactos importantes no nosso país, no aspecto de segurança, saúde, práticas de consumo da população brasileira que reside na zona de fronteira entre os países em questão.

Neste sentido, o acompanhamento da nova política de drogas do Uruguai pelo governo brasileiro é de suma importância, devido às implicações nas quais essas estão colocadas: fronteira territorial e o impacto dessa política no Brasil, como também cooperação internacional dos países no sentido de informações previstas na Política Nacional de drogas. Assim, surge a necessidade deste projeto guarda-chuva, que será realizado pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, com o apoio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD), intitulado: “Monitoramento e avaliação dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *Cannabis* sobre a saúde pública e as práticas de consumo de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai”, sendo este resumo, uma discussão inicial do

recorte que será pesquisado, tratando-se da utilização dos serviços de saúde por pessoas usuárias de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai.

2. METODOLOGIA

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, projeto guarda-chuva intitulado: “Monitoramento e avaliação dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *Cannabis* sobre a saúde pública e as práticas de consumo de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai”, que estudará vários aspectos sobre o impacto na região da fronteira brasileira, após regulação de *cannabis sativa* no Uruguai. Dentro dessa pesquisa grandiosa financiada pela SENAD, será pesquisado: a utilização de serviços de saúde por pessoas usuárias de drogas na região que abrange a fronteira entre Brasil e Uruguai.

Trata-se de uma pesquisa com caráter qualitativo que utilizará o método para coleta de dados entrevista narrativas, considerada entrevista não estruturada, que busca encorajar o entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e contexto social (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2008). As entrevistas serão gravadas em MP3, tendo como participantes deste estudo, pessoas que fazem uso de drogas, maiores de 18 anos, que tenham experiência na busca por algum serviço de saúde, e que são acessadas pelo Programa Redução de Danos, dos municípios de Quaraí, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuí, cidades que cobrem a região de fronteira em extensão. Serão realizadas 10 entrevistas em cada município, e a análise dos dados será feita pelo método proposto por Schütze, incluindo seis etapas de análise: transcrição dos dados, divisão do texto em indexado e não indexado (o primeiro refere à expressão de referência concreta e o segundo seriam as opiniões, conceitos, valores e juízos), podendo estas serem de dois tipos: as descritivas e as argumentativas. As descritivas se referem às descrições de como os acontecimentos são sentidos e experienciados, bem como suas opiniões e valores a eles atribuídos. A argumentativa se refere à legitimação do que não é aceito pacificamente na história, como as reflexões em termos de teorias e conceitos gerais sobre os acontecimentos. No terceiro passo utilizam-se todos os componentes indexados no texto para analisar a trajetória (ordenamento do acontecimento). No quarto passo, são investigadas as dimensões não-indexadas do texto, formando então as teorias operativas. As chamadas teorias operativas são então comparadas com elementos da narrativa por representarem o que o informante compreende. O quinto e último passo irá então comparar os casos e as trajetórias individuais, colocando-as dentro do contexto, estabelecendo semelhanças e identificando trajetórias coletivas.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, o cuidado aos usuários de drogas na atualidade está baseado na constituição de uma rede de serviços com o caráter comunitários. Estes serviços, começaram a ser pensados a partir da reforma psiquiátrica, conquistada através da Lei 10.216 de abril de 2001, garantindo o direito da assistência em liberdade (BRASIL, 2004). Os cuidados em saúde mental, passaram a priorizar a utilização de dispositivos na Rede Básica, que promovessem a descentralização de suas ações. Neste sentido, o processo de tratamento/acompanhamento do dependente químico pode ser realizado de várias formas, como em serviços de CAPS AD (Álcool e Drogas), visitas e atendimentos domiciliares; atendimento à

família; bem como atividades comunitárias enfocando a integração do dependente químico na comunidade e sua inserção familiar e social (BRASIL, 2002). É possível ainda realizar-se desintoxicações a nível ambulatorial, internações breves em hospitais gerais para desintoxicação em caso de problemas clínicos associados, participação em grupos de auto-ajuda, internações temporárias em Comunidades Terapêuticas, ou acompanhamento de consumo e promoção da saúde realizado por Programas de Redução de Danos. Contudo, há uma discrepância entre a legislação existente e as práticas nesta área, pois apesar do aumento da oferta de serviços, ainda é apontada em pesquisa recente uma dificuldade de acesso dos usuários a estes serviços (BASTOS e BERTONI, 2014). Levando em consideração esses aspectos, esta pesquisa se encontra em período de ajustes para iniciar a coleta de dados, portanto, aqui, serão discutidos as motivações para com a necessidade de realização da mesma.

A Faculdade de Enfermagem da UFPel, já trabalha nesta perspectiva desde 2011, com a rede de saúde na região da fronteira, quando faz capacitação de profissionais da área, experiência possibilitada através do Centro Regional de Referência (CRR). Esta oportunidade possibilitou o conhecimento de diferentes realidades, devido as capacitações realizadas em municípios em zona de fronteira entre Brasil e Uruguai. Porém algumas características eram relatadas de forma comum entre profissionais de diferentes cidades: medo do usuário de drogas, preconceito, imaginários de violência, dificuldade de manejo relacionado aos cuidados de usuários de drogas, profissionais relatavam falta de aptidão para lidar com questões relacionadas ao consumo de drogas, justificado pelo estudo de Oliveira, Paiva e Valente (2006) onde apresenta a informação de que a maioria dos profissionais que atuam na Rede Básica, não se sentem preparados para atender os casos de dependência química.

A SENAD financia em todo Brasil os Centros Regionais de Referência para formação de profissionais no atendimento a usuários de drogas e seus familiares – CRRs e, desde 2011 estas capacitações são oferecidas em toda fronteira do Rio Grande do Sul pela UFPel.

Portanto será realizado um recorte da pesquisa intitulada: “Monitoramento e avaliação dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de *Cannabis* sobre a saúde pública e as práticas de consumo de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai”, onde se deterá a abordagem especificadamente nas questões relacionadas à saúde do usuário de drogas e suas formas de acesso aos serviços de saúde, tendo como principal questionamento: a experiência de acesso aos serviços de saúde das pessoas que usam drogas na fronteira entre o Brasil e o Uruguai? Com o objetivo geral de compreender as experiências de acesso aos serviços de saúde de pessoas que usam drogas, na zona de fronteira do Brasil com o Uruguai.

4. CONCLUSÕES

Desta forma, o papel de pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação promove imensa contribuição para subsidiar políticas públicas que possam ir ao encontro da necessidade da população brasileira. Estima-se que o acompanhamento da nova política uruguaia e seus impactos na região da fronteira do Brasil possam delinear caminhos para que nosso país avalie também suas ações e a eficiência de suas leis. Nesta vertente, poder incluir acadêmicos nestas experiências de pesquisa possibilitam a reflexão sobre a necessidade de acompanhar e discutir as mudanças, pois sem elas o mundo não evoluiria.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, F. **Pesquisa Epidemiológica sobre uso de drogas nas capitais brasileiras**. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 336, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília, DF, 2002.

FONTANELLA, B J B e TURATO, E R. Barreiras na relação clínico-paciente em dependentes de substâncias psicoativas procurando tratamento. **Rev Saúde Pública** 2002;36(4):439-47

JORGE, MSB; TRAD, LAB; QUINDERÉ, PHD; LIMA, LL. (Orgs) **Olhares Plurais sobre o fenômeno do Crack**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

JOVCHLOVITCH, S & BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.W & GASKELL, G (Ed) **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KESSLER, Felix; PECHANISKY, Flávio. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.30,n.2, p.96-98, 2008.

OLIVEIRA, JF de, PAIVA MS, VALENTE, CLM. Representações sociais de profissionais da saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Cienc. Saúde Coletiva** vol11 no.2 Rio de Janeiro Apr/June, 2006.

URUGUAY. Presidencia de La República. Junta Nacional de drogas. **Cien años de Políticas Sobre Drogas**. Vídeo Institucional. 2013.